

Luciana Fontes Parzewski*

O EMBATE ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA EDIÇÃO DO
*PRIMEIRO LIVRO DA HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO E CONQUISTA DA ÍNDIA
PELOS PORTUGUESES*

Resumo: A cronística portuguesa de expansão tem como um de seus grandes nomes o cronista Fernão Lopes de Castanheda que em meados do século XVI traz à luz sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. A questão condutora deste artigo diz respeito ao fato de o *Primeiro Livro* dessa obra, constituído por 95 capítulos, ter se tornado público em uma primeira versão, no ano de 1551, e ter ganhado, em 1554, uma segunda edição, também elaborada por Castanheda, com acréscimo de mais três capítulos. O objetivo do trabalho é refletir a respeito dos prováveis motivos dessa inclusão, porque esse *Primeiro Livro* ganhou muita divulgação – ao menos comparativamente a outros que também abordam a expansão – na segunda metade do século XVI, com traduções para o francês, o castelhano, o italiano e o inglês.

Abstract: The Portuguese chronicle expansion have as it's important names the chronicler Fernão Lopes de Castanheda which by the middle of the XVI century brings to light its history of the discovery and conquest of India by the Portuguese. The leading question of this article is about the fact as the first book of that work, constituted by 95 chapters, to have become public on its first version, on the year 1551, and to have won, in 1554, one second edition also elaborated by Castanheda, with the addition of three extra chapters the objective of the work is to reflect about the probable reasons of that inclusion, because that first book won many publicity – at least compared to others which also address the expansion- on the second half of XVI century, with translations to french, castilian, italian and english.

Palavras-Chave Portugal, Cronística de expansão, Fernão Lopes de Castanheda

Wordkeys Portugal, Chonicle expansion, Fernão Lopes de Catanheda

Em meados do século XVI foram publicadas as primeiras narrativas portuguesas que se preocuparam exclusivamente com as viagens marítimas para o oriente. Uma das primeiras narrativas acerca dessa presença portuguesa foi elaborada por Fernão Lopes de Castanheda, autor português que, na primeira metade do século XVI, se dedicou a elaborar, em dez livros, a história da expansão marítima portuguesa.

* Luciana Fontes Parzewski, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" campus de Franca. Endereço Capitão Urias Batista de Avelar, 4582, Vila Imperador, Franca, São Paulo, CEP 14405-217. Endereço eletrônico: luparzewski@yahoo.com.br

A intervenção régia na publicação dos textos quinhentistas

Diogo do Couto, na continuação das *Décadas* de João de Barros, falou da viagem em que o rei D. João III mandou Fernão Lopes de Castanheda “à Índia para escrever os feitos daquelas partes”. Por lá andou ele, segundo seu congênere, “quase dez anos, correndo a maior parte dela, até chegar a Maluco, escrevendo as coisas daquele tempo”, e o fez de forma tão “diligente, que recopilou em dez livros, acabando o seu décimo com o governador D. João de Castro”, mas, lamentavelmente, não viu todos serem publicados, pelo contrário, teve o décimo livro, “como disseram algumas pessoas dignas de fé”, recolhido a mando do Rei D. João III em atenção à solicitação “de alguns Fidalgos, que se achavam naquele raro e espantoso cerco” e julgavam que faltava nele verdades (s/d, p.383-384).

Essa alusão ao recolhimento do Livro décimo a pedido de alguns fidalgos que tinham suas ações descritas por Castanheda foi seguida por uma reflexão de Couto acerca da dificuldade de se escrever história “enquanto vivem os homens sobre quem o fazem”, porque isso podia gerar algum tipo de incômodo com o texto. Nem por isso, contudo, o autor das *Décadas* IV, V, VI e VII deixou de produzir, defendendo que, “posto que também em algum tempo se mande recolher algum volume” (s/d, p.383-384) daqueles que fez, outro viria para de novo dar-lhes a conhecer.

Assim, pode-se ver que Castanheda não enfrentou dificuldades somente com a edição do Livro primeiro da sua obra, mas que também o Décimo não pôde ser editado; fato que mereceu de um dos seus sucessores essa reflexão a respeito das intervenções que um texto pode sofrer ou dos obstáculos que lhe podiam ser postos. O próprio Castanheda, no Livro terceiro, tratou das dificuldades que enfrentava e do desgosto por “todos saberem tachar e poucos fazer”, ou seja, destacou a facilidade de encontrar pessoas que censurassem os livros e a dificuldade de achar, poucos que fossem, para se aventurarem a escrevê-los. O autor chegou mesmo a pensar em “não levar à luz” (CASTANHEDA, 1924, p.495) seus livros, mas mudou de idéia em função dos incentivos reais que recebera.

Este artigo pretende, considerando as adversidades enfrentadas pelo quinhentista na publicação de quase todos os volumes da *História do Descobrimento e Conquista da Índia* pelos portugueses, tratar especificamente do Primeiro Livro e das duas edições que esse volume ganhou, a primeira em 1551 e a segunda em 1554. O objetivo é notar, neste cenário em que as personagens da história procuram intervir no resultado final das narrativas, as alterações que o autor empreendeu na primeira edição do Primeiro Livro, quando ainda em vida o reeditou.

Dessa primeira edição de 1551, é importante ressaltar, restaram até os dias atuais somente três cópias, mas, apesar disso, esse foi um livro muito publicado. Nenhuma outra obra quinhentista portuguesa foi traduzida para o francês, façanha alcançada somente pelo Primeiro Livro da História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Impressa em 1553, no prelo de Michel Vascosin, em Paris, o texto ganhou o título de *L’Histoire des Indes de Portugal, contenant comme l’Inde a été? decouverte...faict par Fernand de Castanheda et traduit de portugés em français par Nicolás de Grouchy* – este Grouchy era um amigo de Castanheda do Colégio das Artes. O próprio Castanheda refere-se a essa façanha, apontando que estava sendo impresso em Paris, em língua Francesa, o *Primeiro Livro* desta história (CASTANHEDA, 1924, p.495). O texto ganhou ainda versões quinhentistas em espanhol, no ano de 1554, outras três francesas – tamanho o sucesso que alcançou –, em 1576, 1581 e 1587, em inglês, no ano de 1582 e em italiano, no ano de 1577 (AVELAR, 1997, p.98-99).

As poucas informações que se têm das exportações dos textos produzidos em Portugal apontam para uma total falta de um qualquer “movimento exportador”, apesar de ter havido um interesse estrangeiro pela produção portuguesa que, ao menos no que se refere a textos em língua latina, era editada no exterior. Em uma escala bem menor era a tradução de textos em português para outras línguas vernáculas (ANSELMO, 1997, p.94), como foi o caso da obra de Castanheda e a de Barros, dois portugueses de destaque num tempo de crescente interesse por textos sobre a expansão.

Já em relação à segunda versão, 1554, as edições disponíveis são ainda em maior número e, a princípio, seria aqui trabalhada apenas a edição portuguesa de 1924. Todavia, logo de saída, algumas questões emergiram a partir do estudo da introdução dessa edição elaborada por M. Lopes de Almeida. Este autor menciona que, na segunda edição da obra histórica, de 1554, na qual se baseia sua própria edição, haveria uma referência, talvez do editor, a mudanças empreendidas por Castanheda. A despeito do exame minucioso realizado no volume de Almeida, a tal menção não foi localizada. O referido comentário anunciando modificações na nova edição do Primeiro Livro só foi encontrado em uma outra edição dessa segunda versão do Primeiro Livro.

Nessa outra edição, que data de 1554,¹ ano da reedição com modificações do Primeiro Livro da História dos Descobrimentos e conquista da Índia pelos portugueses, há uma nota introdutória que, além de fazer referência à reedição do Primeiro Livro, agora “emendado e

¹ Essa edição foi localizada no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros e tem a peculiaridade de não referir uma data de edição, ou melhor, só traz no volume uma anotação à mão, provavelmente recente, ao ano de 1554.

acrescentado”, também inclui comentário ao projeto da obra como um todo: que seria composta por dez livros que conteriam o que ocorreu em um “espaço de cinquenta anos” (CASTANHEDA, 1554,p.4). Ainda, na mesma nota, é destacado o privilégio dado a Castanheda por D. João III para a edição dos dez livros, informação seguida pela carta em que eram concedidos esses privilégios, a qual carta deveria ser impressa “no princípio de cada um dos ditos livros”. Nessa carta, o rei declara que “pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, não possa imprimir, nem mandar imprimir os ditos livros da dita história da Índia, nem cada um deles: nem os possa fazer, nem mandar vir impressos de fora do reino, se não o dito Fernão Lopes, ou quem seu poder para isso tiver” (CASTANHEDA, 1554,p.5). Esse privilégio, que havia sido solicitado pelo autor ao rei, duraria dez anos a partir da data do decreto.

Todos os livros a serem publicados necessitavam desse tipo de privilégio régio, isso porque a publicação, em Portugal, passava pelo cunho do rei, que concedia esse chamado privilégio àquele que iria publicar a obra, (ANSELMO, 1997, p.97) o que garantia ao seu editor e vendedor – já que no início do século XVI uma mesma pessoa assumia as funções relacionadas à reprodução e venda dos livros – o direito de reproduzir e comercializar as obras por um determinado tempo, dez anos mais precisamente, como foi o caso do concedido a Castanheda.

A partir de 1536, a inquisição, instalada em Portugal, assume também papel importante na publicação de textos, não permitindo a impressão de nenhum livro sem autorização inquisitorial. A Inquisição incide sobre várias instâncias, atendo-se ao processo tipográfico, e acompanhando também a aquisição do papel, entrada e saída de obras estrangeiras, bibliotecas particulares e o legado dos livros aos herdeiros (ANSELMO, 1987, p.369-370). Apesar de todo esse rigor, livreiros estrangeiros apontavam que a inquisição, no país, era menos rígida que a da Espanha (ANSELMO, 1997, p.12-14) e, ao que tudo indica, não foi ela que levou à elaboração de uma segunda versão para o Primeiro Livro. Além dessa referência à mudança que encontramos na edição que data de 1554, a consulta a essas duas versões da segunda edição do Primeiro Livro de Castanheda possibilitou também perceber diferenças que passam pelo conteúdo.

Intervenções, alterações e novo sentido na 2ª edição

Para além das diferenças e aproximações formais que as duas edições apresentam – tema a ser tratado em um próximo trabalho – grande parte do que é descrito nos textos ganha sentido diverso. Dado, entretanto, o número avultado de peculiaridades, foi necessário um

recorte que enfatizasse mais aquelas que se repetiram em vários capítulos, bem como as que auxiliaram a perceber mais diretamente sobre quais pressupostos estão apoiadas as mudanças entre as duas edições. Essas duas vias, a reincidência e a relevância, nortearam as escolhas aqui feitas, na medida em que as muitas diferenças, às vezes ínfimas ou correntes no período – como, por exemplo, as que aparecem na forma como as palavras eram escritas, ou seja, estão relacionadas mais à forma e menos ao conteúdo –, para serem inteiramente examinadas, demandariam que se contemplassem todas as variações.

Uma outra imposição que dificulta o trabalho de comparação das edições é a falta de estudos que se dediquem, de modo mais intenso, a tratar das diferenças. Autores como Ana Paula Avelar, Diogo Kopke, Fernandes Tomás, (AVELAR, 1997, p.98). Luís de Sousa Rebelo e Pedro Azevedo – na introdução da edição de 1924 – têm em comum o fato de escreverem acerca de Castanheda e sua obra, fazendo referência às duas edições do *Primeiro Livro*, mas não indo além do levantamento de hipóteses e de uma abordagem superficial do tema. Assim, o que resta é tratar da comparação com base em um recorte bem restrito.

As diferenças começam já nos prólogos, pois enquanto o da primeira edição não se refere à obra como um todo, ou seja, não adianta que o texto em questão se trata de um primeiro livro de um conjunto maior de escritos a ser realizado. Na segunda edição, o texto é apresentado como sendo o “primeiro dos dez livros da história do descobrimento...”, numa clara referência à continuação da obra. E convém aqui lembrar que, no ano dessa segunda edição, Castanheda já tinha conseguido editar mais seis volumes da sua obra, ou seja, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo livro, sendo João Barreira e João Álvares os impressores dos três primeiros destes, tal como tinham sido da primeira edição do Primeiro Livro, que saiu no dia 6 de março de 1551. A edição do livro II findou no dia 20 de julho de 1554 e a do livro III, dia 12 de outubro de 1552. Nos livros IV e V, saídos do prelo no dia 15 de outubro de 1553, a parceria se desfaz, e João de Barreira assume a função de tipógrafo das edições dos restantes, que incluem a segunda edição do Primeiro Livro, que é de 20 de julho de 1554, do Livro VII, de 1554 – mas sem discriminação de mês e dia no colofão –, e do livro VIII de 26 de agosto de 1561 publicados por intercessão dos filhos, em razão da morte de Castanheda. Ou seja, as referências à obra como um todo aparecem quando grande parte do texto já havia sido editado.

Apesar disso, pelo menos parte deles já estava pronta antes da edição da primeira versão do Primeiro Livro, como pode ser visto a partir das citações de acontecimentos que seriam descritos, posteriormente, nos livros seguintes. Desse modo, se não é possível afirmar que a organização dos textos antecedeu sua edição, pelo menos é que a concepção do projeto

da História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses a antecedeu. Como se pode verificar, as referências aos outros livros estão presentes nas duas edições, e não são poucas as vezes em que os textos fazem menção aos outros livros tanto da primeira como da segunda edição, como pode ser visto nos casos em que Castanheda, usando o verbo na primeira pessoa, assinala: “como direi no segundo livro” (CASTANHEDA, 1924, p.162). Isso acontece, entre outros momentos, no capítulo XXXVI da primeira edição, que equivale ao XXXVIII da segunda, em que há menção ao livro quinto (CASTANHEDA, 1924, p.90). O autor utiliza também termos como os presentes no capítulo LXIV da segunda edição: “atrás fica dito”, “como direi adiante”, “como agora direi” (CASTANHEDA, 1924, p.134-136), que dão aos livros essa idéia de articulação dos acontecimentos, fundamental em qualquer história narrada. Ana Paula Avelar considera que essas citações que se referem aos próximos livros do trabalho de Castanheda seriam características somente da primeira edição, todavia, o exame e cotejo das duas edições permitiram notar que aparecem em ambas e são poucas as referências que estão somente em um ou em outro (AVELAR, 1997, p.98).

Além da disparidade inicial, praticamente todo o texto do prólogo da edição de 1551 difere da de 1554. Diferenças que são tanto mais significativas, porque foi especialmente nesse espaço que Castanheda tratou do modo como concebe a história e da razão que o levou a escrever tal texto. Assim, no prólogo da edição de 1551, o autor inicia falando da dificuldade de “escrever as milagrosas façanhas que fizeram os Portugueses no descobrimento e conquista da Índia” e que teve vontade de desistir várias vezes, mas não o fez porque “o motivo dessa empresa” era “servir a Deus todo poderoso e a vossa alteza”. Em seguida faz uma menção à antigüidade e à importância da escrita para deixar na memória os feitos.²

Além disso, trata da questão da escolha de quem escreveria essas “coisas” da expansão, já que “a grandeza delas consistia muito na eloqüência de quem as escrevia”, por isso, os escolhidos eram muito valorizados. Essa valorização levava os autores a incluir fórmulas de modéstia, tão comuns na escrita medieval. O prólogo toca também na falta de escritos sobre o passado, ao enfatizar que “quase não há nenhuma memória para quanto haveria de haver e até as coisas da Índia que foram ontem, não há lembrança mais que em quatro pessoas que, se morressem, se acabará com elas”, numa clara referência à falta de escritos sobre a temática da qual irá tratar. Argumentação também presente nas *Décadas de João de Barros*.

² Essa idéia da escrita como responsável por transmitir os acontecimentos passados é um tópico dos escritos medievais e aparece, por exemplo, na *Crônica Geral da Espanha*, no *Livro da montaria* de D. João I, e é “reatualizado” por Castanheda.

Na seqüência compara, à semelhança de Barros, as façanhas portuguesas às gregas e romanas, destacando a superioridade das portuguesas. O autor refere-se ainda ao investimento régio na Companhia de Jesus para que fossem ensinados os preceitos cristãos nas novas terras e o investimento no Colégio de Coimbra, numa clara alusão à preocupação do rei com as letras, porque “assim como muitos de seus vassallos defendem a república e a alargam com as armas, assim outros a enobrecem com as letras” (CASTANHEDA, 1551). Em seguida, diz que fez e está fazendo outros livros, sem dizer exatamente quais são, e adita que foi à Índia e examinou uma infinidade de depoimentos de fidalgos e capitães, cartas e sumários, além de informações em Portugal para assim elaborar os textos. Faz menção ainda ao seu trabalho na Universidade de Coimbra e ao tempo e dinheiro que gastou para fazer esse livro que oferece ao rei – Dom Manuel –, que faleceu deixando como sucessor o príncipe D. João III.

Já no prólogo da edição de 1554, Castanheda inicia exaltando a história e sua importância para aqueles que governam, porque ela ensina com “experiência de exemplos que são muito mais do que um homem pode ver em sua vida por mais cumprida que seja”. Acrescenta ainda que a função dos cronistas é “escrever os feitos dos reis” para que fiquem registrados e sejam seguidos ou não pelos sucessores.³ Quando aborda o motivo que o levou a escrever esse trabalho, aponta para a importância que ele reconhecia na história e para o seu compromisso de servir ao rei. De modo que se dedicaria a escrever sobre a presença portuguesa na Índia, que havia sido iniciada por D. Manuel e continuada por D. João, “com a ajuda de Nosso senhor”, para que fosse divulgada pelo mundo. As lembranças das façanhas, se mantidas vivas apenas na memória dos homens, apagar-se-iam com a vida desses homens.

Além de salientar seu medo de que se perdesse “a memória de feitos tão notáveis”, acrescenta um outro dado não menos relevante quando o que está em cena são as bases da história feita no século XVI: o conhecimento direto do historiador. Castanheda explicita que ir à Índia o ajudou muito, porque assim viu “os lugares em que se fizeram as coisas que havia de escrever para que fossem mais certas. (CASTANHEDA, 1924, p.3-5)”. Finaliza tratando das dificuldades financeiras que enfrentou na realização do seu trabalho, das suas atividades na universidade de Coimbra, do tempo que dedicou à escrita e termina dedicando ao rei D. Manuel, que havia morrido e deixado em seu lugar o príncipe, o resultado final de todo o seu empenho: a famosa “História do descobrimento....”.

³ Essa idéia de fazer do passado exemplo para as ações do presente era um lugar comum ao longo da Idade Média e vai se dissolver somente no século XVIII com a Revolução Francesa, segundo Koselleck. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Paidós: Barcelona, Buenos Aires e Cidade do México. 1993, p.150-152. Esse lugar comum aparece no também *Leal Conselheiro* e no *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, ambos de D. Duarte, como também na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara, entre outros.

As diferenças entre as edições são já notáveis na primeira colocação do texto de 1551, em que Castanheda menciona, antes de tudo, as dificuldades que enfrentou para elaborar o trabalho, em oposição à versão de 1554, com um viés político mais atento às demandas do período – por exemplo, ao empenho régio na expansão e ao valor do povo nesta trajetória – e um início que lança uma enfática defesa da história e da função de seu autor. Essa inclusão, porém, vale realçar, pode ser vista como marca do período, dado que era comum descrever as adversidades enfrentadas na elaboração do texto como uma forma de deixar o ato mais glorioso. Essa fórmula encontrada na segunda versão, no final do prólogo – como referido anteriormente – aparece também no prólogo da primeira década de João de Barros, além de ser recorrente em textos anteriores, como o já citado de Frei João Álvares.

Uma outra mudança, agora relacionada mais efetivamente com as razões que levaram o autor a se dedicar à escrita do texto, aparece no prólogo, quando Castanheda, em 1551, enfatiza que enfrentou as dificuldades e elaborou tal texto para servir a Deus e ao rei, mas, na segunda versão, o motivo passa a ser servir especialmente ao rei, e Deus aparece somente como auxiliador de tal atividade. Assim, o rei ganha maior destaque na edição de 1554, e não só ele, mas a nação portuguesa. Tal idéia, reforçada no decorrer do texto, pode também indicar um deslocamento no sentido da história da expansão. Mesmo que não se possa afirmar ter sido consciente a alteração, o historiador, na segunda versão, pode ter querido minimizar o caráter de cruzada da expansão e fazer sobressair o valor do Estado português na trajetória de ampliação do mundo.

Mas a essa significativa diferença se contrapõe uma aproximação entre os dois prólogos: a ênfase no próprio trabalho de historiador. A disposição de Castanheda concentra-se em grande parte no seu próprio ato de se dirigir à Índia para buscar o material necessário para a elaboração da obra. Esse é um ponto fundamental que recebe muitas menções em ambas as edições no decorrer de todo o Livro primeiro, porque de alguma forma, na visão do autor, a presença e o contato com os acontecimentos descritos dão mais credibilidade aos escritos, reforçando a idéia de que a experiência direta era, senão a matriz, uma das principais responsáveis pela verdade sobre o presente e o passado.

Outro ponto comum às duas versões é a finalização do prólogo, na qual o autor trata da função que ocupou na Universidade de Coimbra. João de Barros também se preocupa em tratar das suas atividades na Casa da Índia, mas enfatizando que, apesar das dificuldades impostas pelo volume de trabalho, essa função auxiliou no recolhimento de materiais que foram utilizados na elaboração de suas Décadas. Já a função ocupada por Castanheda não lhe serviu senão para financiá-lo, possibilitando a escrita dos livros, mas principalmente o

atrapalhou, levando-o a ocupar um tempo que poderia ser dedicado à sua função principal, que era a de historiador dos feitos da Índia.

Mas se é de diferenças e semelhanças que importa tratar, as primeiras se mostram também nos títulos de cada capítulo, identificáveis já na abertura do livro, após o prólogo, em que o autor aponta quais as questões que farão parte da obra. Na primeira versão, o texto que compõe o primeiro título é mais curto, assinalando que será descrita a “descoberta [do caminho marítimo para o oriente] por mando do muito famoso Rei D. Manuel, de gloriosa memória,” e também a primeira guerra dos portugueses nas novas terras, “até o ano de mil quinhentos e quatro” (CASTANHEDA, 1551, p.1). Na segunda edição, por sua vez, as citações são mais completas, no sentido de que, além de apontar que o tema é a descoberta do caminho marítimo para a Índia, o autor se refere a Vasco da Gama como descobridor e também define o recorte temporal ao qual o livro se dedicará, um recorte que abarca o “tempo em que foram capitães mores Francisco de Albuquerque e Duarte Pacheco”. Ou seja, a diferença que se mostra mais fundamental está no destaque que a segunda edição dá àqueles que seriam os personagens do acontecimento – ou que foram construídos como tal –, passando a contar o tempo a partir de cada governo. Apesar dessa característica mais explicativa presente no título do primeiro capítulo, não é este um lugar comum em todos os títulos dos capítulos da segunda edição. Ao contrário, os da primeira são, em geral, mais extensos, como é possível observar, por exemplo, no título do capítulo IV, no qual o autor é mais sucinto na segunda edição que na primeira. Isso acontece também no título do capítulo VI e em quase todos os outros que compõem as duas versões.

A elaboração de subtítulos extensos e explicativos é um recurso que dá ao texto não só uma noção temporal mais clara, mas também auxilia na compreensão do desencadeamento de cada acontecimento, ligando um ao outro. Embora comum às duas edições, na primeira edição, os subtítulos são mais extensos, em oposição à objetividade dos da segunda versão. Mais do que “medir” a capacidade explicativa de cada título, a diferença a ser ressaltada é a de que nos títulos da primeira os nomes dos capitães mores e capitães não aparecem, e sempre que o autor vai se referir a um deles utiliza a designação “capitão-mor ou capitão”, já na segunda versão o autor passa a tratá-los pelos nome próprio; recurso indicativo de uma possível tentativa do autor de atender às pessoas que, pelo que viram na primeira versão, se julgaram insatisfeitas e pouco valorizadas na sua história.

Essa falta dos nomes ocasionou algumas dificuldades interpretativas, como foi apontado por Avelar, quando fala da primeira edição – capítulo 92 –, em que as figuras de Duarte Pacheco Pereira e de Lopo Soares parecem se confundir. Talvez por isso, ao reeditar o

Primeiro Livro, o autor optou por citar repetidas vezes o nome dos capitães sempre que descreve a ação de cada um. Com essa modificação, alguns subtítulos puderam ser encurtados, sem que com isso perdessem sua função explicativa.

No que diz respeito ainda aos nomes, existe uma diferença nos daqueles que são designados como participantes da armada comandada por Pedro Álvares Cabral. Na primeira edição, foi citado o nome de dois capitães que não estão na segunda: Simão Leitão e Luis Coutinho, mas o autor complementou essa informação ressaltando que os nomes que cita foram os que ele pôde saber (CASTANHEDA, 1551, p.89). Na segunda edição, diferentemente, essa frase foi ocultada e o autor inclui três nomes que não estão presentes na primeira: Luis Pires, Simão de Pina e Vasco D'Ataide (CASTANHEDA, 1924,p.76; 1551, p.95). Como houve essa mudança dos nomes, nos capítulos sequenciais a esse ocorre também a diferenciação (CASTANHEDA, 1924,p.76; 1551, p.95). Essas diferenças entre as descrições que mencionam os nomes dos participantes das armadas são muito comuns e também podem ser encontradas quando comparadas às descrições de Barros. Certamente essas distinções estão relacionadas às diferentes fontes de informação que os autores utilizaram. O próprio Castanheda reconhece a impossibilidade de conhecer todas as informações, quando comenta que o que descreve foi o que pôde saber.

Uma outra diferença, entre as descrições, está no capítulo XXVIII da primeira edição, que já de saída se distingue do seu correspondente na segunda. O título da primeira edição cita a ida à costa do Brasil, fato que é negligenciado no título da segunda, talvez porque Castanheda não tenha pretendido dar tanta ênfase à chegada ao Brasil, já que não se dedicou tanto a descrever como foi esse acontecimento. Essa hipótese ganha reforço quando, na continuação da comparação, se observa que em ambas, o autor, quando descreve um pouco o Brasil, termina dizendo que, por ser uma terra “que a todos é muito comum”, não vai dizer “mais dela” (CASTANHEDA, 1924, p.75; 1551, p.82). Na segunda, há também referência sobre o nome dessa terra que era “Terra de Santa Cruz, e depois se perdeu este nome e lhe ficou o de Brasil, por amor do pau Brasil” (CASTANHEDA, 1924, p.75).

Essa designação ao Brasil é no mínimo inesperada, tendo em vista que até 1551 não circulava, praticamente, nenhuma informação a respeito dessas paragens em Portugal. Tanto é que João de Barros, em sua primeira década, nem sequer refere essa passagem pelo Brasil da armada comandada por Pedro Álvares Cabral. O próprio Pero de Magalhães Gândavo, ao justificar a elaboração de sua Primeira história do Brasil, diz que o faz “por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta anos que esta província foi descoberta” (GÂNDAVO, 2004, p.37).

A falta de referências ao Brasil, é uma entre outras distinções que existem entre o texto de Barros e de Castanheda. Um outro exemplo é a observação que Castanheda faz no capítulo XLIX da primeira versão e que, no XLIX, seu correspondente na segunda, ganha um comentário que se dirige ao livro sexto das Décadas de Barros. Essa narrativa descreve um entrave entre Diogo Fernandez, que ficou em Cochim para auxiliar seu rei numa guerra com Calicute, e Vicente Sodré, que recebeu também esse comando, mas respondeu “que era capitão do mar, e não da terra, e ficaria na Índia para fazer guerra por mar”. Acrescenta também que, “se o rei de Calicute houvera de fazer por mar guerra a Cochim, que o ajudaria: mas que por terra não tinha de ver com isso, que se defendesse o rei se quisesse, que ele queria descobrir o estreito do mar roxo.” Diante dessa resposta, seu feitor solicitou em “nome de Deus e do rei de Portugal” (CASTANHEDA, 1551, p.144) que Sodré ficasse e auxiliasse, mas não foi atendido.

A segunda edição assinala que Sodré tinha se recusado a ajudar, afirmando que “essa é a verdade, ainda que alguns digam que Vicente Sodré se ofereceu ao rei de Cochim para o ajudar na guerra se tivesse necessidade”. Castanheda questiona igualmente a versão que diz que o rei de Portugal teria dito que Sodré poderia ir, já que a guerra não aconteceria em função do inverno que se aproximava. E ressalta ainda que, ao contrário do que diziam, a guerra aconteceu e que “bem parece que quem isso dizia não foi à Índia” (CASTANHEDA, 1924, p.106). O autor está se referindo a Barros, que em seu texto aponta que Sodré não auxiliou no combate por ter sido liberado pelo rei de Portugal (BARROS, 1988, p.236).

Castanheda faz muitas vezes menção à sua presença na Índia e à importância da mesma para a elaboração do texto. Em muitos momentos, faz alusão à sua experiência no Oriente, utilizando para isso frases na primeira pessoa, como naquela em que fala das “grandes calmarias que dão no mar muito grande fadiga, como eu tenho visto na viagem da Índia” (CASTANHEDA, 1924, p.69; 1551, p.83), fazendo, assim, menção a si mesmo. Em outros momentos diz frases semelhantes a: “como eu tenho visto na Índia” (CASTANHEDA, 1551, p.83). Além dessa forma, o autor utilizou, ainda, referências à falta de informações sobre a volta de Vasco da Gama a Portugal. Menciona que “as muitas particularidades que aqui por diante passou o capitão-mor até a ilha de Santiago eu não pude saber” (CASTANHEDA, 1551, p.87). Temos também na primeira edição um outro caso em que ele se refere a nomes de capitães, deixando claro que aqueles eram “os nomes dos outros capitães que pude saber” (CASTANHEDA, 1551, p.89). Numa citação de sua experiência no oriente, o autor comenta que não tinha conhecido um português, João da Vila, que ficara na feitoria

em Cananor (CASTANHEDA, 1924, p.104). Essa idéia da presença “in loco” é fundamental para Castanheda e aparece na referência que o autor faz a Zurara e sua concepção de história.

Concepção de expansão e a predestinação

No que diz respeito mais diretamente à forma como vê e constrói a expansão, os textos começam a se diferenciar quando tratam do responsável ou responsáveis pela expansão. No primeiro e no segundo capítulo, o autor se dedica a descrever sobre os preparativos da viagem de Vasco da Gama para a Índia. Duas questões são mais marcantes quando se trata das diferenças entre a primeira e segunda edição. Uma pode ser observada logo no começo do primeiro capítulo da primeira edição, quando o autor inicia discorrendo sobre o Rei D. João como aquele que, percebendo as possibilidades de enriquecimento vindo da Índia, “determinou de descobrir por mar aquela terra de onde vinha tanta riqueza” (CASTANHEDA, 1551, p.1). Já na segunda versão, a figura de D. João não ganha esse destaque inicial. O que o autor enaltece é o descobrimento dos portugueses, porque “antes que a Índia fosse descoberta pelos portugueses, a maior parte da especiaria, droga e pedraria dela vazava pelo mar roxo...” (CASTANHEDA, 1924, p.7). D. João ainda é o iniciador desse movimento em busca da Índia, mas essa não é a primeira questão que se coloca no texto. No segundo capítulo, o título começa, na primeira versão, referenciando D. Manuel como aquele que “mandou descobrir a Índia por Vasco da Gama...”. Na segunda, o título se refere somente à figura de Vasco da Gama, que “com outros capitães foi descobrir a Índia” (CASTANHEDA, 1924, p.10).

Desse modo, é possível perceber que a ênfase à Coroa como responsável pelo feito, apontada ainda no prólogo da segunda edição, divide espaço com uma concepção mais alargada, no sentido de que o autor considera também os portugueses, ou o grupo de capitães, como responsáveis pelo grande ato, de modo que não apresenta o feito como ato de responsabilidade única e exclusiva do poder régio.

Ainda em relação aos capitães citados nos livros, a mudança que Castanheda elaborou de uma edição para a outra também está muito relacionada com o modo como foram descritas as ações deles nas novas terras. No capítulo XXV da primeira edição, que equivale ao XVII da segunda, aparece uma mudança significativa, porque o autor, na primeira, descreve um episódio em que o capitão-mor, Vasco da Gama, “mandou açoitar fortemente um homem para que confessasse se era verdade o que diziam dele” – a saber, que era espião –, como não confessava, o capitão “buscou outro tormento mais forte que os açoites (...) e, com dor que era muito grande [...], confessou que era espião”, mandado ali para saber “que gente trazia o

capitão-mor e que armas trazia, porque por toda aquela terra [Calicute] lhe queriam muito grande mal, por serem” (CASTANHEDA, 1551, p.81), os embarcados, cristãos.

Na segunda edição, esse episódio se resume a uma linha que diz que o capitão “o mandou meter na capitania, onde por tormentos o homem confessou que era espião” (CASTANHEDA, 1924, p.68). Ambos os textos terminam considerando que o capitão prende o indivíduo para que, indo a Portugal, pudesse falar das coisas da Índia, e que depois esse mouro se converte ao cristianismo, tendo como padrinho Vasco da Gama. A diferença é que na primeira edição o capitão “mandou cuidar dele muito bem. E fazia-lhe muitos mimos, dizendo que o não prendia por via de o cativar, se não para o levar ao rei seu senhor pra lhe dar novas da Índia, e que ele lhe faria muita mercê” (CASTANHEDA, 1551, p.82), e, na segunda, “Vasco da Gama mandou prendê-lo para o levar a Portugal por testemunha das coisas da Índia” (CASTANHEDA, 1924, p.68).

Uma mudança desse tipo também pode ser observada no capítulo XXVI da primeira versão, o qual trata da ocasião em que as embarcações, quando tentavam sair da Índia, passaram por um momento de calma, no qual Paulo da Gama e Nicolau Coelho, comandantes de navios que iam junto ao de Vasco da Gama, “fizeram conselho cada um em seu navio para que, se acudisse vento com que se pudessem tornar à Índia, que tornassem”, o que não foi preciso, porque no dia dois de fevereiro, uma quarta feira, depois de dezesseis dias, “foi posta a vista em terra” (CASTANHEDA, 1551, p.84). Essa mesma descrição foi abordada na segunda edição, no capítulo XXVII, e não se refere a essa possibilidade de retorno à Índia. (CASTANHEDA, 1924, p.69). Em comum, tem-se a alusão ao auxílio divino, porque os mareantes louvaram “a nosso senhor por grande mercê que lhes fazia” (CASTANHEDA, 1551, p.84), já que os ventos vieram graças à piedade de nosso senhor (CASTANHEDA, 1924, p.69).

Não menos importante é a diferença que aparece relacionada ao conteúdo do capítulo XXVII da primeira edição. Esse mesmo conteúdo é dividido em três capítulos na segunda, de modo que, ao falar da viagem de volta e da chegada a Portugal de Nicolau Coelho, a segunda edição dá maior ênfase, porque foi uma ocasião na qual “o rei ficou tão contente como a quem se dava uma nova de tamanho prazer como aquela era”. Apesar disso, muitos não podiam crer que a Índia tinha sido descoberta, principalmente porque não se via nenhuma mostra de especiaria, nem de nenhuma coisa da Índia, “já que tudo veio com Gama, que chegou mais de dois meses depois” (CASTANHEDA, 1924, p.70-71). Essa referência à dúvida não aparece, entretanto, na primeira edição, que faz apenas uma pequena menção à chegada de Coelho.

Todas essas ações, de algum modo, ganharam uma versão modificada na segunda edição do Livro primeiro e, possivelmente, foi imposta ou sugerida contundentemente por aqueles que, de algum modo, quiseram ver alterada a primeira versão dada dos acontecimentos. Dessa forma, Vasco da Gama não teve suas ações extremadas – seja de tortura violenta, seja de excessivos bons tratos ao espião mouro – tão enfatizadas na segunda versão, e, do mesmo modo, a hesitação de Paulo da Gama e Nicolau Coelho quanto à decisão de Gama de prosseguir viagem de volta a Portugal a despeito das adversidades é esquecida na segunda versão. Rebelo assinala que a ausência desse tipo de narrativa na segunda edição pode ser explicada justamente, porque “desmereciam a dignidade e grandeza” dos personagens (REBELO, 1998, p.189). Além dessas sutis ocultações, surgem, do mesmo modo, alguns convenientes destaques, como, por exemplo, o realce ao mesmo Nicolau Coelho por ser o primeiro português a voltar com a notícia da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Há ainda um caso que merece relevo, o do capítulo LXIV da segunda edição, que foi acrescentado e cujo conteúdo não consta na versão anterior. O tema é a viagem de Antônio Saldanha para a Índia e o texto vai descrever as dificuldades e conquistas desse capitão até chegar ao destino. Na verdade, a primeira edição não dá tanto destaque à figura de Saldanha, que ganha apenas no capítulo LXXXIX uma breve menção sobre sua saída de Portugal, tendo como capitão-mor Ruy Lourenço, em direção ao oriente “para descobrir o estreito do mar roxo” (CASTANHEDA, 1551, p.255); o que entretanto não veio a acontecer. Na segunda edição, além de mudar de lugar a referência a essa viagem, o autor optou por dar mais ênfase a essa partida e à figura de Saldanha, tratando da questão em um capítulo específico. Essa diferença não foi destacada nem por Ana Paula Avelar e nem por José do Canto, os quais apenas referem a inclusão do capítulo para confirmar a hipótese de que o Primeiro Livro era incompleto, se comparado ao segundo (AVELAR, 1997, p.99). Na verdade, a viagem ganha destaque na segunda edição, com um capítulo que fala somente sobre ela, em oposição a uma simples menção, como aparece na primeira edição.

Os objetivos da expansão também foram objeto de mudanças entre as edições de 1551 e 1554, isso porque, no capítulo que fala do envio da armada comandada por Pedro Alvarez Cabral e que equivale, na primeira edição, ao número XXVIII e, na segunda, ao XXXI, tem-se também diferenças. Na primeira edição, além de uma reflexão sobre a importância da expansão para que, na Índia, fosse divulgada “lei evangélica para aquelas gentes perdidas a receberem, como para proveito de sua fazenda, e universalmente a todos os seus vassalos”. Há também uma alusão a um regimento, que era levado pela armada e que dizia ao capitão-mor

que fizesse as feitorias e que, “não querendo o rei de Calicute dar carga de especiarias para as naus que levava, nem consentir feitoria, que lhe fizesse cruel guerra, pelo que fizera a D. Vasco da Gama” (CASTANHEDA, 1551, p.89).

Na segunda edição, essas referências à guerra e ao objetivo da expansão foram retiradas do capítulo correspondente. O rei teria ordenado que “lá pregassem a lei evangélica, assim para a reforma dos Cristãos que lá houvesse, como para trazerem em conhecimento dela os gentios. E para assentar esta amizade com o rei de Calicute e feitoria” (CASTANHEDA, 1924, p.73), destacando, desse modo, a missão evangelizadora como um dos motes – e o primeiro a ser ordenado – da viagem de Gama. Ana Paula Avelar avalia que os rituais eclesiásticos ganharam na primeira edição um peso maior do que na segunda, mas o que se pode acrescentar é que o caráter missionário ganhou um peso muito maior na segunda edição (AVELAR, 1997, p.99).

A questão da guerra vai aparecer na segunda edição, mas acompanhada da negação de que ela seja um recurso a ser utilizado em caso de não se conseguir carregar as naus. Assim, no momento em que Pedro Álvares passa por Quiloa, e que o rei não cumpre os acordos que havia feito, dizendo que não tinha necessidade das mercadorias trazidas pelos portugueses, o capitão-mor não declara guerra a ele “por [...] levar por regimento que lhe não fizesse guerra [...] e partiu para Melinde” (CASTANHEDA, 1924, p.77). Apesar dessa diferença, é importante destacar que, no decorrer dos combates travados entre a armada portuguesa e o rei de Calicute, um lugar comum dos dois textos é a justificativa dada para a violência portuguesa, que teria advindo “porque o rei não cumpriu” (CASTANHEDA, 1924, p.101) com o combinado. Esta também é justificada como “vingança dos nossos que em tempo de Pedro Álvares foram mortos” (CASTANHEDA, 1924, p.134). Além disso, grande parte das ações do rei, julgadas erradas, estavam ligadas a uma má influência dos mouros que, ao perceberem a intenção portuguesa de comércio, ficaram com medo de perderem espaço, e “estorvavam” (CASTANHEDA, 1924, p.136) como podiam. De modo que, nas medidas equivocadas tomadas em geral pelo rei, o que “o moveu [...] foram os mouros” (CASTANHEDA, 1924, p.138). Essa idéia de que o rei de Calicute não era o responsável pelas decisões, ou melhor, as tomava em função da influência moura é sugestiva de uma possível tendência da política de intervenção no oriente adotada por Portugal: o empenho a impedir os mouros de continuarem suas negociações no oriente. Grande parte das armadas enviadas para o oriente tinha como função dificultar a passagem dos mouros pelo mar Vermelho.

Essa é talvez a diferença mais fundamental entre as duas edições: na primeira, o rei autoriza a guerra, caso não haja negociação, e, na segunda, a guerra deixa de ser uma opção e o objetivo, antes de tudo, passa a ser a evangelização e o comércio. Como a guerra acabou acontecendo, em ambos os livros, a culpa é atribuída ao “inimigo”, ou seja, a falta de palavra do rei de Calicute, que errou por influência dos mouros. Essa alusão à guerra, na primeira edição, aparece como uma diferença não só da segunda edição, mas também do primeiro livro das *Décadas de Barros*, que narra um discurso de Vasco da Gama, proferido antes de sua partida, em que ele recomenda “juntamente a todos a paz e a concórdia” (BARROS, 1988, p. 124). Mas é importante ressaltar que em momento nenhum esses textos condenam os portugueses pela guerra, ao contrário, ela é bem justificada. A diferença é que ela não é apresentada como explicitamente encomendada pelo rei, como na primeira edição.

Além disso, a missão evangelizadora encontra-se também presente na primeira edição, como se pode ver no registro do encontro entre os navios dos portugueses com os do irmão do rei de Melinde. Ao ver as naus, o mouro jogou parte do ouro que transportava no mar e, quando soube que os portugueses eram amigos, perguntou se traziam “algum feiticeiro para que, com suas palavras de encantamento, lhe tirasse o ouro que mandara lançar no mar”. A resposta do capitão-mor foi carregada de ensinamento religioso, “que os Cristãos criam em Deus verdadeiro que lhes defendia que não usassem de feiticeiro e por isso não usavam deles” (CASTANHEDA, 1551, p.95). O que se observa é que o Livro Primeiro apresenta um caráter mais evangelizador para a expansão, ou melhor, enfatiza mais a idéia de que a função da expansão era levar a fé cristã para os povos pagãos. Os outros livros que compõe a obra de Castanheda, concentram-se mais em descrever a presença portuguesa e em especial as medidas tomadas pelos portugueses. Quase não há referências à função evangelizadora da expansão, principalmente se comparada às diversas alusões às questões que envolviam o comércio nas “novas terras”. Isso pode ser explicado pelo fato de o Livro Primeiro ser aquele que vai “apresentar” a expansão, o que leva o autor a justificar e enaltecer as intenções portuguesas.

O papel da providência divina nas duas edições

Para finalizar este confronto, convém lembrar que, em seu estudo sobre a historiografia do século XVI, Luís de Sousa Rebelo (1998, p.189) levanta a hipótese de que a diferença capital entre as duas edições do Livro Primeiro de Castanheda está no conteúdo do capítulo XXVIII, presente somente na segunda edição, o qual se refere ao descobrimento

como tendo sido, por “inspiração divina”, começado pelo Infante Dom Henrique por mar, sem ajuda de “nenhum príncipe da Europa, que eram senhores de muito maior estado que ele”. Além do destaque ao infante, a segunda edição aponta D. Manuel como aquele “para quem a divina providência tinha guardado esse feito dele que era a Índia, cujo descobrimento estava profetizado antes pela Sibila Cuma, (REBELO, 1998, p.189). Segundo conta um autêntico livro impresso em latim...”; uma clara alusão, portanto, à predestinação portuguesa para a expansão marítima. O rei apareceu assim como responsável pelo feito que fora já profetizado, no ano de 1505, na rocha de Sintra, “junto à praia do mar onde foram achadas debaixo da terra três colunas de pedras quadradas”, nas quais havia “umas letras romanas, das quais apenas em uma das colunas se puderam ler, por as outras estarem gastas pelo tempo...”, os seguintes dizeres, que foram traduzidos do latim, segundo Castanheda, por Rui de Pina:

Profecia da Sibila determinação aos do ocidente.
Serão revoltas as pedras com as letras direitas e em ordem
Quando tu ocidente vires as riquezas do oriente
O Ganges, Indo e o Tejo será coisa maravilhosa de ver
Que cada um trocará com o outro as suas mercadorias (CASTANHEDA,
1924, p.72)

Essas colunas, encontradas dias antes da chegada de Coelho, deixaram o rei D. Manuel, segundo Castanheda, “muito espantado com todos os de sua corte, e houve sobre isso diversos pareceres, porque uns creram neles, outros diziam que por nenhum modo podia ser, e que aquilo eram gentilidades a que não se devia dar nenhum crédito”. Coincidência ou não, com a chegada tempos depois de Nicolau Coelho, “foi a profecia havida por verdadeira” (CASTANHEDA, 1924, p.72). Com essa narração, Castanheda confere ao descobrimento um tom de acontecimento profético, já previsto nos escritos antigos, e que, por meio do aparecimento das colunas, perde o caráter oral para ganhar a forma escrita.

A confirmação dessa profecia foi a chegada de Coelho, um acontecimento que veio juntar os fios da profecia e fazer com que os que não acreditavam por fé em tal predestinação, o fizessem agora a partir da constatação da chegada à Índia. Essa narrativa foi a forma encontrada por Castanheda de responder a anseios coletivos, que de algum modo auxiliaram também na construção da idéia de uma expansão como predestinação, não importando se as colunas eram ou não autênticas (REBELO, 1998, p.190-191). Ana Paula Avelar considera esse evento – da chegada de Coelho – a como sendo desconhecido por Castanheda quando elabora a primeira edição, e que fora acrescentado à segunda edição, tornando-a mais completa se comparada à primeira (AVELAR, 1997, p.99).

Uma outra diferença que reforça essa idéia da expansão como predestinada aos portugueses está nos capítulos que descrevem o contato da armada portuguesa com o rei de Calicute. Castanheda, na primeira edição, faz apenas menção a uma carta do rei D. Manuel, que seria endereçada ao rei de Calicute e, na conclusão da qual, ele propunha a este rei “amizade com ele” e que lhe permitisse “ter feitoria em Calicute abastecida de todas as mercadorias que nela pudessem gastar e, a troco delas ou por dinheiro, lhe desse especiarias para lhe carregarem aquelas naus” (CASTANHEDA, 1551, p.103). Esse é um resumo da carta que a primeira edição traz, na segunda edição, ao contrário, esta é transcrita integralmente, incluindo, além dessas indicações, o destaque para a importância de Deus nesse acontecimento, porque, “ainda que esta coisa seja feita por homens, não se deve julgar se não por obra de Deus, a cujo poder é possível o que os homens não podem fazer” (CASTANHEDA, 1924, p.81). Essa é uma entre muitas outras referências que a carta faz à vontade divina, ou melhor, à predestinação divina como a responsável pela chegada dos portugueses a essas terras.

A idéia de que as mudanças, observadas na comparação entre as duas edições do *Primeiro Livro*, justificam-se pela falta de informação do historiador Fernão Lopes de Castanheda, é corrente entre autores que se dedicaram, mas de forma não muito sistemática, à tarefa de comparar as edições de 1551 e 1554. Para tanto, utilizam uma argumentação que, como tentamos demonstrar, a partir deste confronto minucioso, contempla sobretudo os sentidos gerais. Além do mais, considerações como as encontradas na introdução de Pedro Azevedo à edição de 1924, que propõe ser a primeira edição, “um livro reconhecidamente imaturo” e que teria sido refugado pelo próprio Castanheda na sua busca da verdade da história – de modo que, Castanheda teria optado, em nome de sua “retidão intelectual” pela “correção e amplidão dos factos de maior relevo”. Azevedo desconsidera, desse modo, qualquer intervenção de “alguma entidade superior que tenha cominado e sugerido a rejeição do trabalho” (CASTANHEDA, 1924, p. XIX-XXXIV), não justificando, de forma decisiva, a opção pela reedição, com alterações, do *Livro Primeiro*.

Um outro exemplo de interpretação, proposta por Ana Paula Avelar, toma como ponto de partida a carta que o rei de Calicute decide mandar ao rei de Cochim, que apoiava os portugueses, na esperança de que ele “não consentisse na sua cidade a feitoria do rei de Portugal, nem desse carga a D. Vasco” (CASTANHEDA, 1924, p. 102; 1551, p.135). É importante ressaltar que o autor prefere, na segunda edição, dividir o capítulo em dois, deixando, desse modo, um para a transcrição das cartas. Neste capítulo introduzido, são transcritas quatro cartas: a primeira do rei de Calicute ao de Cochim, como já foi dito. A

segunda seria a resposta do rei de Cochim para as solicitações de que, por “amor” ao rei de Calicute, não acolhesse os portugueses, nem lhes desse “nenhuma especiaria” (CASTANHEDA, 1924, p.102; 1551, p.139). Nessa resposta, o rei de Cochim se recusa a expulsar os portugueses, porque “tal coisa” ele não cometeria “nunca sobre os mouros nem a ninguém, pois se costuma entre” eles “vender” as mercadorias “a quem” as “comprar” (CASTANHEDA, 1924, p.103; 1551, p.139). Insatisfeito com a resposta, o rei de Calicute tornou a escrever, rogando que não fossem acolhidos nem recebessem a mercadoria que necessitassem, porque com isso o rei de Cochim ganharia a inimidade dele, não podendo assim apoiá-lo em qualquer mal que recaísse sobre ele. Nesse momento, o capítulo da segunda edição acaba, mas, na primeira, há uma continuação dessa troca de correspondências que diz que o rei de Cochim “riu” dessa última carta e mandou uma resposta dizendo que Deus favorece quem tivesse “justiça” e que acreditava que o rei de Calicute escusasse “morte de gente, e destruição da terra” e que se, todavia, quisesse “sustentar sua opinião”, Deus veria, pois saberia que o rei de Cochim não tivera culpa. Com essa resposta, o rei de Calicute “determinou de o destruir” (CASTANHEDA, 1551, p.140) depois da partida do capitão-mor português.

Ao discorrer acerca dessas diferenças, a autora argumenta que a segunda versão seria mais clara que a primeira. Questão, porém, complicada de se avaliar, já que a clareza estaria presente, por exemplo, no momento em que o autor suprime o restante da correspondência entre o rei Cochim e o de Calicute. Para ela, isso se justifica, porque o que está transcrito seria o suficiente para transpor a idéia de que o rei de Cochim era amigo do de Portugal, e que o restante era desnecessário (AVELAR, 1997, p.99).

Na comparação entre a primeira e a segunda edição foi possível perceber distinções que tornam a predestinação divina, no feito expansionista, mais enfatizada, justamente em função das descrições que nela foram acrescentadas e anteriormente descritas, neste capítulo. Essa hipótese foi baseada no também já citado estudo de Rebelo e, ao menos parcialmente, veio a se confirmar. Contudo, essa ênfase não ganha um espaço tão significativo ao ponto de tirar do rei e do povo português as glórias pela conquista. O que a princípio pode parecer contraditório – a oposição entre predestinação divina e a expansão do povo português –, no final das contas mostra-se complementar, no sentido de que a intervenção é descrita de modo que intensifica a idéia de predestinação do povo, ou seja, a ênfase dada ao divino intensifica idéia de que a nação portuguesa estava predestinada às conquistas tão gloriosas que alcançaram.

Mais do que formular uma tese acerca do motivo, ou motivos, que levaram Castanheda a tal medida, a intenção desse estudo foi salientar que o autor, ao preparar uma segunda edição, confere um lugar especial ao papel da predestinação portuguesa para o descobrimento do caminho marítimo para o oriente. Nessa nova elaboração, dois acréscimos são especialmente expressivos na construção da trajetória dos portugueses como povo a quem a providência tinha reservado o mar⁴ como promessa: a carta do rei D. Manuel e os escritos proféticos antigos.

Referências

ANSELMO, Artur. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997.

_____. O livro português ao serviço do Humanismo. *Arquivos do centro cultural português*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, v.XIII, p.359-372, 1987.

AVELAR, Ana Paula M. *Fernão Lopes de Castanheda*. Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha? Lisboa: Cosmos, 1997.

BARROS, João de. *Ásia*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1988.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924.

_____. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Edição de 1554 (arquivo do IEB/USP).

_____. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Livro primeiro. edição de 1551 (arquivo da Biblioteca da Ajuda/Portugal).

⁴ A presença do mar na história portuguesa é um dos tópicos da historiografia portuguesa de vários séculos e é destacada, por exemplo, na obra DIAS, J. S. da S. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1982. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Portugal e o mar: um mundo entrelaçado**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997, p.7.

COUTO, Diogo do. *Décadas*. Década 4, livro V, capítulo I, p.383-384 (obra digitalizada). Disponível em: <<<http://purl.pt/7030/4/>>>. Acessado em agosto de 2006.

DIAS, J. S. da S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1982

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira historia do Brasil*. História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. texto modernizado e notas: Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2004, p.37.

REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do olhar*. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português. Porto: Campo das Letras, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Portugal e o mar: um mundo entrelaçado*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.